

Editorial

BUSCA DE
QUALIDADE

Comparada com as polícias militares de outros Estados, a de Minas Gerais é reconhecida como uma das melhores do país. A experiência de nossa Polícia Civil é verificada quando confrontada por casos de difícil resolução que desafiam seus investigadores.

Apesar disso, entre 2014 e 2016, a Ouvidoria de Polícia do Estado recebeu quase 10 mil reclamações da população contra as duas corporações. A maioria das queixas foi por má qualidade do serviço prestado. Em segundo lugar aparecem as lesões corporais.

O fato de lidar com as misérias humanas e ter o poder de uso da força talvez faça esses profissionais cruzarem, com frequência, a linha que separa a lei do crime, envolvendo-se em atos reprovados pela sociedade, como a extorsão, a corrupção e a concussão.

Por causa disso, as corporações policiais têm uma estrutura própria de apuração e punição de delitos cometidos por seus profissionais. Os casos são investigados pela própria corporação, por meio de corregedorias internas, que aplicam as penalidades.

A punição é administrativa, compreendendo advertência, afastamento ou expulsão. Só os casos muito graves são transferidos para a Justiça comum ou Militar. O sistema recebe críticas de especialistas em segurança pública, que propõem outro modelo.

Para estes, os órgãos de investigação interna deveriam ser autônomos em relação às corporações, de forma a eliminar o corporativismo e promover a transparência. Em países europeus, isso já seria uma realidade desde os anos 60, como informam.

Para membros das polícias, no entanto, a medida da eficiência dos modelos atuais é dada pelo número de casos investigados. Desde 2014, 290 policiais foram expulsos das duas corporações. Se forem contadas as suspensões, esse número sobe para 380.

São oito expulsões por mês. Na PMMG, entre 50% e 60% dos processos instaurados resultam em condenação.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Marina Medioli
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE DE MARKETING
Monique Araki

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

GERENTE DE ASSINATURA
Fernanda Rodrigues

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida

Economia: Karlon Aredes

Magazine: Milton Luiz

Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla

Política: Ricardo Corrêa

Esportes: Denner Taylor

Cidades: Marina Schettini

Primeira: Frederico Duboc

Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

É uma luta necessária banir o
fascismo da sociedade brasileira

Os impropérios do deputado Bolsonaro na Hebraica do Rio

Registro o meu repúdio ao ocorrido no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, em 3 de abril passado, quando, a convite do presidente Luiz Mairovitch, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) proferiu uma palestra, após cancelamento de outra na sede paulista da Hebraica por solicitação de um abaixo-assinado com mais de 2.600 assinaturas da comunidade judaica.

Jair Bolsonaro é misógino, homofóbico, racista e fascista confesso; não é polêmico, como alguns dizem por aí, é indubitavelmente um fascista! Ou alguém imaginava que ele faria uma declaração de amor ao povo brasileiro? Sem novidades, pois o fascismo é, de cabo a rabo, perseguição à democracia, desde o nascedouro.

A comunidade judaica no mundo, incluindo o Brasil, não é um bloco monolítico! Basta avaliar que a Hebraica de São Paulo cancelou a palestra do referido deputado, mas a do Rio de Janeiro não atendeu os apelos de cancelamento!

Enquanto a palestra ia de vento em popa, arrancando risos de cerca de 300 convidados, outros 150 judeus protestavam do lado de fora da Hebraica e relembavam os judeus mortos pela ditadura militar de 1964: o jornalista Vladimir Herzog (1937-1975) e a psicóloga Iara Iavelberg (1944-1971).

Dentre os inúmeros impropérios ditos pelo deputado, eis alguns paradigmáticos do ideário fascista pelo qual se norteia: “O deputado afirmou que as reservas indígenas e quilombolas atrapalham a economia: ‘Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso aí’. Ele disse que foi ‘a um

quilombo’. De lá, voltou com a seguinte percepção: ‘O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano são gastos com eles’.

Segundo Marcelo Braga Edmundo, em “Bolsonaro: ‘Nem um centímetro para quilombola ou reserva indígena’”, o presidente não poupou os refugiados. “Não podemos abrir as portas para todo mundo”, disse. Ele não se mostrou, porém, avesso a todos os estrangeiros: “Alguém já viu algum japonês pedindo esmola? É

“Dizer que os judeus deveriam ter aprendido algo é conceber o genocídio judaico como uma espécie de ‘lição’ ou ‘castigo’ que não surtiu efeito”

uma raça que tem vergonha na cara!”.

A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) encabeçou um grupo de parlamentares que protocolou, em 6 de abril, uma ação na Procuradoria Geral da República (PGR) contra Jair Bolsonaro pelo crime de racismo. É esperar no que vai dar! Há repúdios significativos do movimento negro e de setores da comunidade judaica.

O cientista social, mestre em letras pelo programa de Estudos Judaicos e Árabes da USP, Daniel Douek, em “Uma carta de resposta dos judeus que não riram” (7.4.2017), declarou: “Aqui entre nós, talvez seja o caso de dizer o óbvio: campo de concentração não é escola de direitos humanos. Ao contrário, desumaniza;

corrói corações, mentes e almas; dilacera a fé nos homens e na própria possibilidade de humanidade; deixa marcas indelévels, que perduram mesmo entre gerações que não vivenciaram o extermínio; não é atalho para a vida digna, mas um obstáculo a ser transposto. Há alguns anos, ao discutir a afirmação deplorável de que os judeus não aprenderam nada com o holocausto, o pedagogo Gabriel Douek foi certo: ‘O que está por trás desse tipo de afirmação é a crença de que o assassinato de 6 milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu para ensinar algo a esse povo’. Assim, dizer que os judeus deveriam ter aprendido algo, e não aprenderam, é conceber o genocídio judaico como uma espécie de ‘lição’ ou ‘castigo’ que não surtiu efeito. E ainda mais: é afirmar que o holocausto não foi suficiente”.

Urge banir o fascismo da sociedade brasileira.

DUKE

